

A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NA ESCOLA: UMA REFLEXÃO SOBRE O PODER DISCIPLINAR NO CONTEXTO ESCOLAR

Sirley Lizott **Tedeschi** – UEMS

Agência Financiadora: CAPES/OBEDUC

Resumo

Neste artigo discutimos o poder disciplinar, com seus dispositivos de controle e normalização presente nas falas de professores/as e como subjetivam os/as alunos/as a partir dos ideais modernos de uniformização e homogeneização. A análise é fruto de pesquisa realizada – através de entrevista semiestruturada - com professores/as que atuam do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental em uma escola pública estadual. Para a análise das falas dos professores/as tomamos como referência os estudos foucaultianos e mostramos como o poder dos dispositivos disciplinares, postos em ação no currículo escolar, atua sobre os/as alunos/as. Os professores/as, capturados pelas formações discursivas do poder disciplinar, recorrem, a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e ao exame, como estratégia para produzir sujeitos com uma identidade única. Ao mostrar que o poder disciplinar age no espaço escolar produzindo subjetividades normalizadas podemos desnaturalizar a ideia de um sujeito que pré-existe as relações de poder e abrir espaços para a produção de múltiplas subjetividades.

Palavras-chave: Poder Disciplinar, Escola, Currículo, Sujeito.

A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NA ESCOLA: UMA REFLEXÃO SOBRE O PODER DISCIPLINAR NO CONTEXTO ESCOLAR

1- Introdução

Estudos desenvolvidos no campo do currículo apontam o caráter produtivo das instituições escolares. A intencionalidade dessas instituições e dos profissionais da educação é a formação dos sujeitos. Por isso a função da escola não se resume apenas em transmitir conhecimentos, mas especificamente formar pessoas, produzir formas específicas de subjetividades. Dessa forma, podemos dizer, com Foucault (1996), que a escola é uma instituição onde a disciplina constitui o eixo central da formação dos sujeitos.

Ser sujeito escolar, neste caso, não significa ser um sujeito de qualquer modo, “o que um indivíduo é ou não é, o que ele sabe e não sabe de si, é objeto de intervenções, tendentes a constituição de um tipo específico de subjetividade” (KOHAN, 2003, p. 81). Na educação escolar, muitas experiências vivenciadas pelos indivíduos que frequentam a escola são marcadas por regras e procedimentos que incitam a docilidade, o disciplinamento e a uniformização das subjetividades. Esses processos se desenvolvem com a participação dos professores/as, em consonância com o currículo escolar e as práticas pedagógicas que são levados a adotar no contexto escolar em que atuam.

Deste modo, neste artigo, analisamos falas de professores/as – obtidas através de entrevista semiestruturada - que atuam do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental em uma escola pública estadual, com o intuito de mostrar como o poder disciplinar, com seus dispositivos de controle e normalização, está presente nos professores/as e age no contexto escolar controlando e normalizando as subjetividades dos alunos/as. Entendemos que os discursos produzidos neste espaço/tempo, são práticas discursivas e não discursivas permeadas por relações de saber/poder. Ademais, cabe salientar, que ao analisarmos os discursos dos/as professores/as, não estamos supondo um sujeito como “causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase” (FOUCAULT, 2005, p. 107), pois entendemos que o sujeito é um efeito do discurso.

Por isso, não estamos afirmando que a ação desses professores/as na disseminação do poder disciplinar na escola e na uniformização dos sujeitos, seja dada de forma natural. Sabemos que os dispositivos de controle e normalização presentes no contexto escolar, não agem somente sobre os alunos/as, agem também sobre os professores/as, capturando-os, controlando-os e normalizando-os.

Salientamos ainda que, ao privilegiar neste estudo o poder disciplinar nos processos de subjetivação dos alunos/as, não significa que esse processo seja único na escola. Se como já dissemos, tanto a escola quanto os professores/as são um efeito do discurso - portanto, são instáveis, se modificam - podem produzir processos de subjetivação a partir de outras relações de poder, a partir de outras configurações de força. Também queremos dizer que, embora o foco desse estudo não seja mostrar os movimentos de resistência – tanto dos professores/as quanto dos alunos/as - ao poder

disciplinar, esses movimentos também acontecem na escola, os pontos de fuga são sempre possíveis, pois, conforme Foucault (1996), onde há poder há resistência.

No que segue – e com base nos estudos foucaultianos - apresentamos como o sujeito moderno se constitui através de uma forma específica de poder - o poder disciplinar. Em seguida, apresentamos como o poder disciplinar, com seus dispositivos de controle e normalização, presente nas falas dos professores/as, age no contexto escolar contemporâneo na tentativa de produzir sujeitos a partir dos ideais modernos de uniformização e homogeneização. Essa análise nos permite compreender que os processos de subjetivação dos alunos/as acontecem em meio a relações de saber/poder e envoltas a determinadas configurações de forças, desnaturalizando a ideia de um sujeito que pré-existe as formações discursivas e abrindo possibilidades para pensar as subjetividades como múltiplas e não únicas.

2- O sujeito, o poder e a disciplina: uma análise foucaultiana.

Michel Foucault, pensador do século XX, se empenhou em revirar a história a fim de mostrar as crenças a respeito de nossa “origem” ocidental. Afirmando-se leitor de Nietzsche e considerando-o um interlocutor de grande estima e um potencializador crítico das condições pelas quais o homem ocidental foi sendo inventado e reinventado, nos fez renunciar ao conforto das verdades únicas e de um suposto sujeito constituinte.

Em *O sujeito e o Poder*, Foucault (2013), afirma que o que norteia a sua trajetória filosófica, “não foi analisar o fenômeno do poder, nem elaborar os fundamentos de tal análise [...] ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 2013, p. 273). Ao elaborar a crítica a soberania concedida ao sujeito da modernidade Foucault foi levado a tematizar o saber e o poder, visto que concebe o sujeito como produto de relações de saber/poder. Por isso, pensar o sujeito implica pensar o poder e o saber, temas imbricados ao longo de toda a obra de Foucault.

Assim podemos entender que a questão central no pensamento de Foucault sempre foi a questão do sujeito - “ele, que foi apontado como ‘aquele que matou o sujeito’ esteve sempre preocupado com esse fenômeno e com sua constituição” (GALLO, 2006, p.178). Em *As palavras e as coisas* anuncia o desvanecimento do

sujeito moderno, enquanto uma forma histórica de sujeito apresentada pela filosofia ocidental.

O homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo. Se essas disposições viessem a desaparecer tal como apareceram, se, por algum acontecimento de que podemos quando muito pressentir a possibilidade, mas de que no momento não conhecemos ainda nem a forma nem a promessa, se desvanecessem, como aconteceu, na curva do século XVIII, como o solo do pensamento clássico – então se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia (FOUCAULT, 2000, p. 536).

Ao fazer a crítica do conhecimento e da verdade sobre o homem, Foucault (2000) critica também o sujeito do conhecimento e se posiciona contra as teorias que situam a verdade no sujeito transcendental. Empenha-se em desfazer-se desse sujeito que “desde sua emergência até seu iminente desaparecimento [...] tem um estatuto ambíguo, ao mesmo tempo objetivado no conteúdo positivo do saber e elevado a sujeito de fundamentação dos conhecimentos” (CANDIOTTO, 2010, p.59). Diante disso, Foucault (2000a) propõe desconstruir a ideia de um sujeito constituinte mostrando como ele se constitui na trama da história.

É preciso livrar-se do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama da história. É isso que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que de conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 2000a, p.7)

Por isso Foucault é um teórico que rompe com a concepção moderna e iluminista de sujeito provocando um descentramento¹ da identidade e do sujeito moderno. Abandonando a ideia de um "sujeito desde sempre aí" procura mostrar de que maneira esse sujeito é constituído. Procede a sua investigação analisando as diversas instituições modernas, inclusive a instituição escolar, não para traçar uma história dessas construções sociais, mas na busca da ação dessas sobre os sujeitos deste período. Através dessa análise sugere que a constituição do sujeito moderno se dá via um tipo específico de poder alicerçado nas instituições da modernidade: o poder disciplinar.

O poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior 'adestrar'; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda

¹Hall (2005) em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* destaca cinco descentamentos que ocorreram na identidade do sujeito moderno. O primeiro se refere às tradições do pensamento marxista, o segundo vem da descoberta do inconsciente por Freud, o terceiro está associado com o trabalho do linguista Ferdinand de Saussure, o quarto ocorre no trabalho do francês Michel Foucault e o quinto vem em decorrência dos estudos feministas.

mais e melhor. [...] A disciplina 'fabrica' indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. (FOUCAULT, 1996, p. 153).

O poder disciplinar, referido por Foucault, se desenvolve nos séculos XVII e XVIII na Europa e foi aplicado primeiramente em instituições específicas - como conventos e exércitos - e então se espalha na sociedade como um todo com o propósito de disciplinar os sujeitos. Conforme Ratto (2007) o que é específico do poder disciplinar “é debruçar-se sobre os corpos individuais em uma perspectiva microscópica, detalhista, abordando-os nos detalhes, de modo extensivo, intermitente, cotidiano” (RATTO, 2007, p. 116) com o objetivo de fabricar “corpos submissos e exercitados, corpos dóceis” (FOUCAULT, 1996, p. 127). Corpos exercitados e dóceis são aqueles que podem ser utilizados, transformados, aperfeiçoados a fim de tornarem-se úteis a valores econômicos ligados a eficiência e a rentabilidade – ou ainda, são corpos fabricados para atender as demandas postas pela modernidade. Isso é possível por meio de determinados mecanismos que funcionam de forma articulada nas mais diversas instituições – vigilância hierárquica, sanção normalizadora e exame.

A vigilância hierárquica possibilita ao poder disciplinar um olhar extensivo sobre todos os que estão no seu domínio. As hierarquias inferiores são observadas pelos seus superiores diretos e assim sucessivamente, culminando na hierarquia máxima cujo interesse é conhecer e controlar tudo e todos. De acordo com Foucault (1996) através da vigilância hierárquica o poder disciplinar se torna um sistema integrado:

Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações [...]; essa rede sustenta o conjunto e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizadas das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um chefe, é o aparelho inteiro que produz poder e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo (FOUCAULT, 1996, p. 158).

Todo esse processo é concretizado organizando as disposições espaciais e os projetos arquitetônicos de tal forma que o olhar disciplinar tudo possa ver e, ao mesmo tempo, não possa ser visto. O panóptico², projeto arquitetônico descrito por Jeremy

² Foucault (1996) em *Vigiar e punir: história da violência nas prisões* se refere ao Panóptico como uma máquina que fabrica efeitos homogêneos de poder “de modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco a calma, o operário ao trabalho, o escolar à

Bentham no século XVIII, representa bem esse mecanismo de vigilância – faz com que “a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação” (FOUCAULT, 1996, p. 178). Ou seja, o que importa é que as pessoas que estão sendo vigiadas jamais tenham a certeza da vigilância – pensar que poderiam estar sendo vigiadas é suficiente para manter a disciplina. Nestes termos, o panóptico representa uma forma de exercer o poder que garante que os sujeitos se mantenham espontaneamente subordinados ao poder que age sobre eles.

A sanção normalizadora, outro mecanismo do poder disciplinar, é uma forma específica, de punição de comportamentos e atitudes, também específicos. Tudo o que não é controlado e punido pelos grandes sistemas de punição, cabe à sanção normalizadora vigiar para conhecer e controlar as ações, as condutas e os comportamentos de forma sutil e detalhada. As atitudes e comportamentos que nos referimos são “a forma de utilização do tempo, a forma de pronunciamento de discurso, a forma de usar o corpo e a sexualidade, a maneira de se expressar e manifestar [...] as desatenções, a imodéstia, a indecência” (FONSECA, 2011, p. 58), ou, todos os gestos, comportamentos, atitudes, valores que não estão de acordo com a instância que vigia. A normalização age sobre as condutas desviantes fazendo-as adequar-se aos valores convencionados. Esse agir sobre condutas particulares “permite enquadrar as especificidades e diferenças no sistema operacional da disciplina, ou seja, permite normalizar” (FONSECA, 2011, p. 60), homogeneizar.

O exame também é um instrumento do poder disciplinar, por meio dele, o indivíduo é constituído enquanto objeto documentado. Instituições modernas como hospitais, escolas, prisões constituem o indivíduo como objeto descritível e analisável. Deste modo, cada indivíduo torna-se um caso:

O caso, não é mais, como na casuística ou na jurisprudência, um conjunto de circunstâncias que qualificam um ato e podem modificar a aplicação de uma regra, é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser qualificado, normalizado, excluído (FOUCAULT, 1996, p. 170).

aplicação, o doente a observância das receitas. Bentham se maravilha de que as instituições panópticas pudessem ser tão leves: fim das grades, fim das correntes, fim das fechaduras pesadas; basta que as separações sejam nítidas e as aberturas bem distribuídas. [...] Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo” (FOUCAULT, 1996, p. 179).

As constantes inspeções realizadas nas instituições disciplinares – provas, interrogatórios – transformam o corpo em objeto a ser descrito em prontuários, anotações e relatórios. Os indivíduos são identificados e diferenciados a partir das anotações que constam nos registros sobre suas singularidades, capacidades, aptidões e desenvolvimento individual. As análises foucaultianas das prisões, dos hospitais, dos hospícios, das escolas mostram como o condenado, o doente, o louco, a criança eram objetos de descrição e análise. Esse procedimento possibilita o controle e o domínio de cada individualidade através de um processo constante de objetivação e sujeição.

Nesta perspectiva, podemos dizer que as estratégias de constituição do sujeito, na sociedade moderna, estão diretamente ligadas ao poder disciplinar, que age por intermédio das diversas instituições sociais. A disciplinarização da sociedade³ tem como efeito maior produzir individualidades que atendam aos propósitos de “uma acumulação e uma gestão útil dos homens; produzir o indivíduo comum [...] produzir um indivíduo que permita a extração de algo de todas as suas atividades e de seus momentos; produzir, enfim, indivíduos dóceis e uteis” (FONSECA, 2011, P. 79).

Por isso, o poder disciplinar - através da vigilância hierárquica, da sanção normalizadora e do exame – se caracteriza menos pelo seu poder inibidor e mais pelo seu efeito produtivo. De acordo com Foucault (1996) não podemos descrever sempre os efeitos do poder de forma negativa – poder que exclui, reprime, recalca, censura, abstrai, mascara, esconde. “Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 1996, p.172). Daí, podemos afirmar que o principal efeito destes poderes seja a produção de um tipo de indivíduo: o indivíduo moderno.⁴

³ De acordo com Fonseca (2011) a sociedade disciplinar é obtida quando “ao lado das prisões, as escolas, os hospitais, as indústrias e as outras instituições são investidas pelas técnicas disciplinares. O que as diferencia é a gradação de poder e investimento disciplinar que realizam sobre os diferentes aspectos da existência daqueles a que elas se vinculam. O que possuem em comum é a utilização da disciplina que permite a concretização da grande economia de poder, cuja fórmula o século XVIII procurou, quando veio à tona o problema da acumulação e da gestão útil dos homens” (FONSECA, 2011, p.79).

⁴ Tanto o termo indivíduo, como o termo sujeito, aparecem nas obras de Foucault, por isso cabe um breve esclarecimento sobre esses conceitos. Fonseca (2011) destaca que a constituição do indivíduo se dá via processos de objetivação e subjetivação sendo que “os primeiros o constituem enquanto objeto dócil e útil e os segundos enquanto um sujeito. Pode-se então dizer que o termo “sujeito” serviria para designar o indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituído a partir dos processos de subjetivação. Esses processos, justapostos aos processos de objetivação, explicitam por completo a identidade do indivíduo moderno: objeto dócil e útil e sujeito” (FONSECA, 2011, p. 26).

Tais considerações mostram que a compreensão do poder em Foucault se afasta das concepções tradicionais de poder – a “hipótese repressiva do poder” ou sua representação jurídico-discursiva - em que o poder é uma instância unificada na figura do Estado e age de forma vertical reprimindo por meio da lei. Na ótica foucaultiana essas análises do poder trazem inúmeros problemas, pois:

Por um lado supõe um sujeito originário, idêntico e absoluto como fundamento de sua análise; por outro lado, não percebem como as condições econômicas e políticas não são um véu para o sujeito, mas aquilo por meio do qual ele se constitui; além do mais, colocam alguns sujeitos dentro do poder e outros fora, como se tais dicotomia e exterioridade fossem possíveis; por último, elas não conseguem perceber a força produtiva, afirmativa, do poder (KOHAN, 2003, p. 71)

As relações de poder, para Foucault (1996), não estão na base das relações legais, mas no plano das disciplinas e de seus efeitos de normalização e moralização. Isso implica considerar não a “impotência ou inoperância do poder soberano, mas sim a maior eficácia de um conjunto de poderes que, em vez de negar e reprimir, atuavam discretamente na produção de realidades [...] por meio de processos disciplinares e normalizadores” (DUARTE, 2008, p. 47).

Por isso, para Foucault, o sujeito não é dado a priori, nem é livre e autônomo – como apresentado pela filosofia moderna – mas é sempre pensado como efeito de múltiplas e horizontais relações de poder/saber que o caracterizam como assujeitado e disciplinado. Então, é pertinente perguntar pelas relações de poder/saber que nos envolvem e nos constituem, pois se não somos dados a priori é sempre possível construir outras relações de poder/saber e nos produzir de outra forma.

3- O poder disciplinar e a constituição dos sujeitos no espaço escolar

Uma vez que o sujeito é sempre produzido em determinado tempo e contexto – pois, conforme Foucault (2013), como já destacamos, não existe um sujeito transcendental, uma subjetividade com valores universais válidos para qualquer tempo e lugar – coloca como pertinente uma análise sobre o espaço escolar, suas relações de poder/saber e a implicação na constituição das subjetividades dos alunos/as.

A análise que desenvolvemos a partir das falas de professores/as que atuam do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental em uma escola pública estadual, mostra que

o poder disciplinar – entendido por Foucault (2000b) como produtivo e não apenas repressivo - age no contexto escolar e na constituição das subjetividades, por meio de uma série de dispositivos de controle e normalização. O dispositivo é formado por:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2000b, p. 244).

A ação desses dispositivos na fabricação de sujeitos é contínuo e muito sutil, às vezes, quase imperceptível (mas presente) tanto nos documentos e nas leis que regulamentam as instituições escolares, quanto nas práticas pedagógicas. Conforme Louro (2004) nossa atenção deve se voltar especialmente para as práticas pedagógicas cotidianas em que todos os sujeitos são envolvidos. “São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvo de atenção renovada, de questionamento, e em especial de desconfiança” (LOURO, 2004, p.63). Chama atenção para a necessidade de questionamento dos discursos e práticas que são tomados como naturais.

Para a professora Fátima⁵, como todo o sujeito, enredada pelas formações discursivas do poder disciplinar, parece ser natural que haja uma hierarquia de poderes dentro da instituição escolar, que decide, vigia e controla as ações e comportamentos. A vigilância hierárquica é para a professora Fátima um mecanismo de disciplinamento necessário no espaço escolar.

Eu sempre falo, dentro da sala eu mando, quando chego na quadra eu também mando, mas se o coordenador chegar pode ficar sabendo que a autoridade vai dele, quando chegar a Diretora a autoridade é ela, e quando chegar sua mãe só manda aqui dentro depois que a gente mandar, porque aqui dentro quem manda somos nós (professora Fátima).

Foucault (2000b) diz que “a disciplina exerce seu controle, não sobre o resultado de uma ação, mas sobre seu desenvolvimento” (FOUCAULT, 2000b, p 106), pois o que interessa ao poder disciplinar não é o produto das ações, mas o quanto pode interferir no processo para garantir que o resultado coincida com seus objetivos. Por isso a vigilância precisa ser contínua - já que envolve todo o processo de desenvolvimento das ações - e a

⁵ Atribuímos nomes fictícios aos professores/as que participaram desta pesquisa.

sequência de observações precisa culminar no poder hierárquico maior cujo interesse é conhecer e controlar todos os que estão sendo observados. Esse procedimento de vigilância é discreto e eficiente, não necessita de um lugar específico para vigiar, o controle acontece nos lugares ocupados pelos próprios indivíduos – sala de aula, quadra de esportes – lugares lembrados na fala da professora Fátima.

Assim como a vigilância hierárquica é um mecanismo, um dispositivo, que produz efeitos de controle sobre todos aqueles que estão sendo vigiados, também o é, a organização espacial dos indivíduos. Conforme a professora Maria:

O que me incomoda é em relação à disciplina deles, por que assim, nunca me disseram que eu deveria manter eles em silêncio, todos sentados, todos muito bem organizados, mas eu compreendo assim por observar as outras salas, que eles precisam estar no mapa da sala, todos sentados, em silêncio e aí eu acho isso muito inibidor, só que se não for assim, eles são muitos, aí vira uma festa, uma bagunça, eles perdem a concentração (professora Maria).

A professora Maria, há pouco tempo na escola, sente-se incomodada com a rotina rigorosa de disciplina imposta aos alunos/as e se constrange em ter que adotar essas práticas pedagógicas. Contudo, sente-se pressionada agir desta forma já que percebe ser esse o agir dos outros professores/as e, também, ser esse o funcionamento da escola. A esse respeito, Vieira, Hypólito e Duarte (2009) dizem que os dispositivos postos em ação para regular/normalizar a prática pedagógica dos/as professores/as “estabelecem controles cada vez mais rígidos sobre os processos de trabalho docente, na garantia de que o novo integrante do grupo não destoe das formas de trabalho ali consagradas pela tradição” (VIEIRA; HYPÓLITO; DUARTE, 2009, p. 227). Esses dispositivos sinalizam quais práticas pedagógicas são desejáveis e quais os riscos de romper com esses mecanismos de poder instalados no contexto escolar.

Pressionada por esses dispositivos, a professora Maria, embora perceba um efeito inibidor nas práticas de disciplinamento dos/as alunos/as, afirma a necessidade de todos os/as alunos/as estarem no “mapa da sala” para que a concentração e a aprendizagem sejam possíveis. Afinal, a forma como a escola está organizada, exige a normalização de todos os sujeitos que a frequentam, assim como, de todas as práticas pedagógicas, para que os processos e resultados sejam uniformes.

Nesse sentido, não basta organizar os indivíduos no espaço, essa organização precisa ser rentável para os interesses institucionais, que no caso da escola, é a produção

de determinados sujeitos, através da aprendizagem de determinados conteúdos, valores, comportamentos. Assim também ocorre com outras instituições, como diz Foucault (2000c) ao se referir aos hospitais do século XVIII: “a formação de uma medicina hospitalar deve-se, por um lado, à disciplinarização do espaço hospitalar, e por outro, à transformação, nesta época, do saber e da prática médicas” (FOUCAULT, 2000b, p.107). Ou seja, a disciplinarização do espaço hospitalar tinha em vista um aperfeiçoamento das práticas médicas, assim como, a disciplinarização do espaço escolar tem em vista a produção de determinados sujeitos.

Foucault (2000b) nos alerta que “a disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço, é a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório” (FOUCAULT, 2000b, p. 106). Através de uma espécie de arte de distribuição dos indivíduos - marcada pela precisão das posições - o que se objetiva é analisar, conhecer, controlar para utilizar esses mesmos indivíduos. Por isso, segundo Fonseca (2011) nada seria mais incompatível com a economia da disciplina que “a distribuição aleatória dos indivíduos no espaço ou, melhor ainda, a desatenção para com o problema do espaço” (FONSECA, 2011, p. 63).

A partir do controle do espaço abrem-se possibilidades para o poder disciplinar constituir “quadros vivos que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas” (FOUCAULT, 1996, p. 135). Com isso queremos dizer que ordenado o espaço disciplinar o controle sobre os corpos e sobre toda atividade é mais eficiente. Nas palavras do professor Paulo:

[...] se não tiver disciplina não tem como trabalhar, então eu tenho uma planilha com todo o controle que acontece na minha aula, o nome deles aqui, e tem vinte quadradinhos do lado do nome de cada um, são os vinte quadradinhos de disciplina que eles têm, cada ponto de disciplina vale meio ponto. Então toda a vez que eu tenho que chamar atenção do aluno, eu anoto aqui, por que eu chamei atenção, tem essas nomenclaturas, porque se foi por conversa, chiclete, boné. Uma coisa que eu brigo com os professores, eu acho que tem que ser cobrado - ah não tem nada a ver boné, chiclete - mas se você não corta, se você não disciplina desde o básico eles vão abrindo as asinhas, então, os meus, por exemplo, eles sabem que nem isso eles podem fazer, então eles não abrem muito a asa. Então eu vou anotando aqui, porque quando o pai vem perguntar eu sei, é de esquecer dicionário, mascou chiclete, não está fazendo atividade em sala de aula. Eles vão perdendo os pontos da disciplina deles e é uma nota de zero a dez, obrigatória, as outras duas é prova semestral e bimestral que geralmente eles vão mal. Então primeiro o controle, é isso, ah também para controlar saída de ida e vinda de banheiro eu dou passes para eles, cada bimestre eu dou três passes para eles. Se eles querem sair da minha sala, seja qual motivo for, eles gastam um passe deles, tem três, só que para cada um deles que não gastar, eu dou meio ponto no final do bimestre, assim eu consigo

segurar meus alunos na sala de aula. Então esse é o procedimento básico que eu tenho para segurar a gurizada na carteira e para poder dar a aula sem ninguém fazer bagunça (professor Paulo).

Percebemos como a fala do professor Paulo é marcada pelos dispositivos do poder disciplinar que atuam na instituição escolar - e de modo geral na sociedade - e como controlam, normalizam e subjetivam os alunos/as. Como efeito desses dispositivos, o professor Paulo ordena o espaço disciplinar – sala de aula – para facilitar o controle sobre cada um dos alunos/as na sua singularidade. Utilizando uma planilha, procede com o registro contínuo de cada aluno/a operando de forma individual e detalhada transformando cada aluno/a em um caso específico. Utilizando as anotações da planilha, mais as provas ou exames, produz todo um arquivo com detalhes minuciosos sobre todo e qualquer movimento, resultando em efeitos de saber/poder sobre cada um na sua singularidade.

Essa técnica do exame, do registro documentado sobre cada indivíduo, é entendida por Foucault (1996) como uma técnica “que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam” (FOUCAULT, 1996, p.168). Através desta técnica o poder disciplinar normaliza o/a aluno/a qualificando, classificando e castigando.

Castigam-se os detalhes mais insignificantes, como os que aparecem na fala do professor Paulo – “conversa, mascar chiclete, uso de boné, ida ao banheiro”; castiga-se também a não obediência ao tempo (atrasos, ausências), também expressas pelo professor Paulo ao dizer que “tem um aluno lá, mas esse menino também nunca vem na aula, chega muito tarde, sai mais cedo, os pais são coniventes”; castiga-se as falas/os ditos (conversas desapropriadas) como afirma a professora Isabel “a questão da conversa mesmo, do desinteresse, de outros assuntos serem mais importantes que o estudo mesmo, do momento de registrar, de prestar atenção”; castiga-se os corpos (higiene) destacado pelo professor Paulo ao dizer “aí eu percebi que a menina tem odor forte, não tem uma higienização bacana então faz com que as crianças não querem”; castiga-se a maneira de ser (falta de gentileza) porque segundo a professora Verônica tem alunos/as “que vem com uma bagagem de casa e as vezes eles não tem o mínimo que é educação, dá licença, por favor, sabe, uma educação mais para a gentileza”. Ou

seja, castiga-se tudo o que é considerado desvio, tudo o que não se submete a regra, tudo o que foge a norma estabelecida pelo poder que disciplina, e se objetiva com isso normalizar, hierarquizar, comparar, diferenciar, homogeneizar, excluir – criar enfim sujeitos homogêneos que vivam como sujeitos “normais”.

A vigilância permanente, o controle de todas as atividades desenvolvidas pelo/a aluno/a, assim como as sanções ou castigos aplicados a cada comportamento desviante, que ainda persistem na escola, é uma tentativa de fazer os/as alunos/as obedecer às regras. Trata-se de produzir um aluno/a disciplinado que aprenda a se autogovernar a ponto de se constituir no sujeito idealizado pela educação. Por isso, Veiga-Neto (2003) diz que:

[...] bem antes de funcionar como um aparelho de ensinar conteúdos e de promover a reprodução social, a escola moderna funcionou – e continua funcionando - como uma grande fábrica que fabricou – e continua fabricando – novas formas de vida. Na medida em que a educação nos molda, precoce e amplamente, passamos a ver como naturais os moldes que ela impõe a todos nós (VEIGA-NETO, 2003, p. 108).

A escola na contemporaneidade, enredada nas formações discursivas do poder disciplinar, ainda se empenha em processos de normalização “cujo desígnio passa a ser a conformação consensual das populações escolares, abarcando tanto a multiplicidade quanto a singularidade que lhe são características” (AQUINO, 2014, p. 109). Como efeito destas formações discursivas, os/as professores/as pensam os processos educacionais a partir de mecanismos de normalização e homogeneização, subalternizando e excluindo todos aqueles que não se submetem ao poder da norma. Ou ainda, as práticas pedagógicas que os/as professores/as são levados a adotar - pela força dos dispositivos disciplinares – faz com que a diferença seja posta nos espaços marginais, faz com que a potência da diferença seja silenciada e invisibilizada em nome de uma uniformidade e homogeneidade.

Salientamos que embora a escola, os/as professores/as, os/as alunos/as, sejam marcados pelos dispositivos de normalização do poder disciplinar, existe sempre a possibilidade de desestabilização, pois a recusa das posições particulares de sujeitos sempre é possível, mesmo quando o que se percebe é um comportamento de obediência às normas. É sempre possível nos envolvermos em práticas de liberdade entendidas como “nossa real capacidade de mudar as práticas em que somos constituídos”

(VEIGA-NETO, 2003, p. 32) e nos constituir de outra forma. Isso mostra o poder de transformação dos sujeitos, seu caráter mutável, sua dimensão temporal e transformadora.

4- Algumas considerações.

A análise que realizamos mostra, por um lado, como os dispositivos de controle e normalização do poder disciplinar, postos em ação no currículo escolar, atuam sobre os/as alunos/as, na tentativa de produzir subjetividades disciplinadas. Por outro lado, também mostra como os/as professores/as são capturados pelas formações discursivas do poder disciplinar. Enquanto efeito dessas formações discursivas, os/as professores/as recorrem a estratégias de disciplinamento dos/as alunos/as na tentativa de produzir subjetividades fixas e estáveis e de acordo com os cânones da modernidade. A disciplina, nesse contexto, parece ser uma estratégia de fundamental importância na normalização e homogeneização das subjetividades.

Também destacamos que esses processos não acontecem de forma natural e tranquila, a inconformidade de alguns professores/as diante dos dispositivos disciplinares, aponta para movimentos de resistência. Embora esses movimentos ainda sejam individuais e isolados, nos faz ver o espaço escolar como um lugar de permanente tensão – tensão que possibilita que as atuais relações de poder/saber e configurações de forças que se colocam como hegemônicas, sejam recriadas, transformadas possibilitando o devir escola, o devir professor/a, o devir de subjetividades.

Por isso, as práticas disciplinares que persistem no contexto escolar e na fala dos professores/as, não diz sobre o que a escola é, e o que os/as professores/as são, mas sim sobre o que a escola faz e os/as professores/as fazem, pois se os seres humanos “acabaram por se conhecer como sujeitos, com um desejo de ser, com uma predisposição ao ser, isso não surge [...] de algum desejo ontológico, sendo em vez disso, resultante de uma certa história e de suas invenções (ROSE, 2001, p.145). Ou seja, a escola, os/as professores/as são um efeito do discurso, por isso não são estáveis, modificam-se, transformam-se, movimentam-se e, deste modo, é sempre possível a produção de subjetividades que subvertam o poder da norma.

Referências Bibliográficas.

AQUINO, Julio Groppa. *Da autoridade pedagógica à amizade intelectual: uma plataforma para o éthos docente*. São Paulo: Cortez, 2014.

CANDIOTTO, Cesar. *Foucault e a crítica da verdade*. Autêntica Editora: Curitiba, 2010.

DUARTE, André. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In.: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. *Figuras de Foucault*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.p.45-55.

FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2011.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 15 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000a.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 14ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 15 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000b.

GALLO, Silvio. Cuidar de si e cuidar do outro: implicações éticas para a educação dos últimos escritos de Foucault. In.: GONDRA, José; KOHAN, Walter (Org.). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006. p. 177-189.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KOHAN, Walter Omar. *Infância: entre educação e filosofia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 7ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

RATTO, Ana Lúcia Silva. *Livros de ocorrência: (in)disciplina, normalização e subjetivação*. São Paulo: Cortez, 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIEIRA, Jarbas Santos; HYPÓLITO, Álvaro Moreira; DUARTE, Bárbara Gonçalves Vaz. Dispositivos de regulação conservadora, currículo e trabalho docente. *Educação e Sociedade*. v. 30, nº 106, Campinas, 2009, p. 221-237.